



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Senhor Presidente: “boa noite a todos. Solicito ao Senhor Secretário a chamada dos vereadores presentes”. Senhor Secretário: “boa noite a todos. Anísio Clemente, Cláudio José, Danúbio de Souza, José Carlos de Oliveira, José Doroteu, Joselino Santana, Juliana Ellen, Silvânio Aguiar, Thiago Felipe, Viviane Gomes”. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem. Boa noite a todos os vereadores, à Mesa Diretora, ao público que nos acompanha de casa, pelas nossas redes. Eu quero cumprimentar a advogada Duda Otero, que se encontra conosco hoje, no plenário, representando neste momento o Presidente da OAB, Dr. Alexandre. Quero também agradecer ao Dr. Alexandre que prontamente disponibilizou a Dra. Eduarda que viesse aqui. E, na oportunidade, já em comum acordo com o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, e aliás, eu quero agradecer tanto ao vereador Danúbio, ao vereador José Doroteu por terem feito esse diálogo mais cedo conosco aqui. E pedindo licença, inclusive ao Presidente da Comissão, a gente quer convidar todos os nobres vereadores que queiram participar de uma reunião que a



Comissão de Direitos Humanos fará com a representante da OAB na nossa sala no fundo, logo após essa reunião, para que a gente possa debater o sistema carcerário ou pelo menos que a Eduarda possa nos falar um pouquinho mais sobre o sistema carcerário em Nova Lima. A gente teve uma situação fora do comum hoje, fora da curva. O sistema carcerário de Nova Lima não foge nem um pouco das dificuldades que a gente tem no sistema carcerário do Estado de Minas Gerais, no Brasil. E eu penso que é importante que tanto a Comissão de Direitos Humanos quanto a Câmara Municipal estejam atentas a essas importantes ações no nosso município. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “perfeito. Parabéns, vereador”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por nove votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Da senhora Roselene Coelho Clemente, Presidente do Conselho Municipal de Educação. Ao Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores. Nova Lima, 04 de dezembro de 2023. Ofício nº 051/2023 – CME/Conselho Municipal de Educação Assunto: Projeto de Lei Complementar do Plano de Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da área da Educação do Município de Nova Lima. Apresenta manifestações do Conselho Municipal de Educação sobre o Projeto de Lei Complementar que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da área da Educação do Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Conselho Municipal de Educação, no uso de



suas atribuições, solicita que o Projeto tenha tramitação de Forma Regimental para que todos os vereadores e vereadoras tenham tempo hábil de analisar alguns pontos sensíveis aos Servidores da Educação. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Boa noite, colegas vereadores, público que nos acompanha de forma presencial. Quero saudar especialmente a Cláudia Pires, ex-secretária de habitação do nosso município, arquiteta, companheira exemplar, que eu muito orgulho tenho de ter trabalhado com você, Cláudia. E saudar também o público que nos acompanha de forma remota. Presidente, eu quero fazer uma sugestão com relação inclusive ao assunto dessa carta do Conselho Municipal de Educação, que é o projeto de lei do plano de cargos e salários da educação. O Líder de Governo, Silvânio, na última reunião, pediu parecer conjunto desse projeto e, na hora, eu imaginei que, com esse pedido, era porque o projeto chegaria aqui de forma perfeita, impecável. Acreditei na palavra que veio escrita na mensagem do projeto de lei, na palavra do prefeito que diz que esse projeto foi construído com muito diálogo com a categoria, até imaginei que eles pudessem ter feito alguma audiência pública no gabinete do prefeito, de forma escondida, sem dar publicidade, porque ele nunca faz audiência pública para discutir assuntos que envolvem os servidores públicos ou qualquer outro assunto que envolve a vida do cidadão. Mas aí, por surpresa, eu percebi que esse projeto é muito ruim. A partir do momento que ele entrou nessa Casa, o que eu mais recebi foi reclamações de professores, serventes, cantineiras, falando que esse projeto é péssimo. Eu perguntei para essas pessoas se houve um diálogo com essas pessoas, porque o prefeito na mensagem disse que foi amplamente discutido, teve um diálogo amplo com a categoria



e, pelo visto, isso é uma inverdade. Então, eu quero sugerir, até porque eu tive que fazer inúmeras emendas a esse projeto para contemplar o pedido não só do Conselho, não só dos professores que não participaram dessa discussão, mas também dos sindicatos da categoria, eu queria sugerir que esse projeto voltasse para a prefeitura, que a prefeitura reconhecesse que foi um projeto muito mal feito, que foi um projeto sem diálogo com a categoria, que foi um projeto feito em quatro paredes e que não contempla de fato o que os profissionais da educação almejam. Há uma ausência ali de atualização de ganho real, falta clareza na posição dos profissionais naquela tabela, nenhum professor que entrou em contato comigo se reconhece na tabela, eles não sabem onde eles estão. Então, inexistente uma comissão de avaliação inclusive de desempenho dos servidores, existem vários assuntos que precisam ser rediscutidos e que podem ser muito bem aperfeiçoados se houver um diálogo real com a categoria. Então, que a prefeitura reconheça que o projeto veio mal feito, demorou três anos para entregar um projeto que não atende os profissionais da educação. E que eles refaçam da forma que deveria ter sido refeita, dialogando, iniciando com uma audiência pública, sequer foi feita uma audiência pública amplamente divulgada, não a quatro paredes com o seu grupo de parceiros da educação, de cargos comissionados, enfim. Que ele de fato discuta com quem está na linha de frente, porque o projeto da forma que está, Presidente, e pelo o que eu ouvi da categoria, não contempla os profissionais. Fica aqui a minha sugestão ao Poder Executivo, em nome do Líder de Governo, Silvânio, que esse projeto seja revisto, que ele seja refeito e que ele seja refeito com a participação efetiva dos profissionais da educação. Muito obrigada,



Presidente”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “boa noite a todos, vereadores, público presente na plenária, pessoas que nos assistem em casa. Como eu falei em reuniões anteriores, por isso que eu pedi, inclusive eu estava com cópia da carta do Conselho, porque realmente eu tenho um compromisso com o plano de cargos e salários dos servidores, todos os vereadores sabem da minha posição. E quando Rose, a Presidente do Conselho, e também em diálogo com Cláudia, que está aqui, que representa o Sind-UTE em Nova Lima, eu tenho o compromisso de construir de forma dialogada. E eu realmente tenho que concordar com a senhora vereadora, não ouve, porque mesmo eu tentei de várias formas colocar a minha visão e mais, com a responsabilidade de gestão, porque nos últimos quatro anos, eu fui secretária de educação e nós organizamos o orçamento da prefeitura para valorizar o servidor de carreira, para trazer aquilo que eu acredito, porque eu realmente sou professora de carreira e, quando lá estive, nós realmente fizemos junções, fizemos organização desse quadro para que a gente entrasse com um plano de cargos e salários em que o servidor se enxergasse ali e eu realmente não me enxergo. Se eu não me enxergo na carreira, porque eu sou servidora de carreira, eu sou professora. E eu falo que, pela primeira vez, na Casa Legislativa, o professor não tem só voz, ele tem vez, eu tenho uma cadeira e eu quero dialogar e construir de forma muito melhor e que a gente possa ser exemplo e modelo para outros setores. E mais, não fica só na questão da educação, não só no cargo de professores, acredito que a gente possa contribuir muito mais, e passa também pela questão da Guarda. Eu também fui procurada por diversas pessoas e a gente quer realmente fazer valer a oportunidade, porque eu falo que nenhum



de nós estamos aqui sem ter sido constituído primeiro por Deus e segundo para honrar as nossas origens. E como eu falei com diversos professores anteriormente, eu estava dialogando nos outros momentos porque eu acredito que agora é hora de construir um plano de cargos e salários que realmente contemple a categoria. O município está em um momento financeiro oportuno, e eu não me senti contemplada quando eu fiz a diligência pedindo os valores reais do orçamento do município e quanto está sendo gasto e os demonstrativos de como está a folha, principalmente do magistério, dentro da parte orçamentária do município. Então, eu gostaria também que a gente pudesse ampliar esse diálogo. Fica aqui a minha sugestão. Muito obrigada”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “me permite aparte, vereadora? Presidente, veja bem, a fala da Viviane foi muito importante porque a gente está tratando aqui de uma vereadora que é base de governo. Se uma vereadora da base do governo não teve condições e não teve abertura para dialogar com o governo que ela defende, e se ela é servidora, se ela foi convidada em alguns momentos para construir em conjunto esse plano de cargos e salários e não foi ouvida, a gente tem um problema gravíssimo aqui de falta de diálogo, de fato, com a categoria, porque a vereadora é servidora pública municipal concursada e como vereadora de base. Então, se não há diálogo com vereador de base, o que dirá com o servidor público que é diretamente afetado. Então, se a vereadora Viviane, que é da base, não se sentiu contemplada com as respostas da diligência, o que dirá a sociedade, o que dirá o cidadão. Então, o governo precisa reconhecer que esse projeto que demorou três anos para ser construído, que foi dispendido dinheiro público para ser construído porque foi paga uma



empresa que, pelo visto, não entende da realidade do município e dos servidores, ele tem que reconhecer que esse projeto é horroroso, é rasgar e começar do zero, dialogando com os servidores e fazendo audiência pública, porque é o início, é o pontapé inicial para a construção de algo coletivo. Se o governo não começar a entender, nos 45 do segundo tempo, que a audiência pública é salutar para a construção de políticas públicas efetivas, os projetos que serão encaminhados a essa Casa estarão fadados ao fracasso, porque eles não contemplarão quem de fato é afetado, como é o caso da vereadora Viviane, como é o caso desses professores que aqui estão. Então, fica minha sugestão ao prefeito: joga fora esse plano de cargo de salários e começa do zero, mas começa fazendo direito, conversando com a base, conversando com a categoria, conversando os vereadores da base e conversando também com quem é independente, que é o meu caso. Obrigada, Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, boa noite mais uma vez a todos. Eu penso que esse plano é um avanço, ainda que não seja o avanço que muitas pessoas queiram, mas ele representa um avanço dentro do que foi feito no passado. E quando a vereadora Viviane fala que não teve diálogo e me desculpa, vereadora, a senhora passou praticamente...”. Senhor Presidente: “gente, vamos manter a ordem, deixe o vereador falar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “pessoal, deixa eu só fazer o meu diálogo e eu respeito vocês, se depois quiserem conversar, eu vou ter o maior prazer de conversar com vocês. Só que aqui, o espaço é a minha fala e a gente pode depois conversar, não tem problema. Você pode discordar, desde que seja com educação, até porque você é uma professora, então quando a gente está falando, o ideal é que as pessoas



nos ouçam. Está certo? Até para entender”. Senhor Presidente: “vamos dar sequência, vereador, vamos dar sequência. Eu vou pedir às meninas para deixarem a fala do vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o governo chamou a base inteira, inclusive a vereadora que disse que não foi contemplada, para conversar. E ali é um reparo do que foi feito no passado nessa Casa, enquanto a vereadora era secretária e muito bem disse aqui. Então, eu penso que tem, sim, vereadora, me perdoa essa minha fala, eu penso que tem, sim, que ter uma construção mais bem feita, que tem, sim, que ter uma construção que possa contemplar a todos, agora que ele é um avanço é inegável, é inegável. Nós vamos ter concurso público, nós vamos ter todas as possibilidades de crescimento na carreira, coisa que não foi feita no passado. Isso é preciso ser lembrado. Nesse caso e atendendo, eu acho que a vereadora Juliana muito bem disse, eu vou, como Líder do Governo, pedir adiamento de votação dos dois projetos, porque eu penso que é uma forma, sim, de a Casa também dialogar mais. Obrigado, Juliana. Obrigado, Viviane, pela fala aqui. No momento adequado, é lógico esse projeto, ainda vão ser lidos pareceres e tal, mas no momento adequado, eu vou pedir adiamento de votação do 2.361, do 2.362. E já digo, Cláudia, que estou aberto à discussão e como já estive conversando com você durante várias vezes, mais de uma vez, já estive conversando com você, estou aberto à discussão para a gente... Na audiência pública, se todo mundo puder colocar situações sem ser interpelado dessa forma que eu estou sendo aqui agora, vai ser muito interessante. De antemão, eu vou dizer que a audiência pública é o governo que teria que fazer, não vai sair de mim aqui, está certo? De qualquer maneira, eu estou colocando, Senhor





Presidente, que a gente vai pedir adiamento de votação dos dois projetos” Senhor Presidente: “perfeito, vereador. Vamos dar sequência, vou passar a fala para a vereadora Viviane, e já vou alertar para a gente voltar para a pauta, vou permitir só que a Viviane fale, e a gente vai voltar para a pauta, está bom? Vereadora Viviane Gomes de Matos: “são duas questões apenas, Presidente. Primeiro, na questão que a vereadora Juliana fala da questão que eu sou da base. E aí eu preciso esclarecer, eu sou independente, eu não sou nem base e nem oposição, eu sou Nova Lima e eu sou professora, eu sou educação. Nos momentos certos, eu sempre me posicionarei, tudo que o governo faz e é bom, eu estarei assinando junto e estarei aplaudindo, e o que a gente tiver que construir junto, eu estarei construindo. E já em relação ao que o vereador Silvânio fala, realmente eu estive na Secretaria de Educação no momento da 2590, aquele momento era necessário, precisava de pessoas com coragem para fazer o que fizemos, como hoje eu também tenho coragem de vir aqui e falar que eu não fui contemplada como servidora e como professora. E vou construir porque eu acredito que João Marcelo está aberto, sim, ao diálogo, para nos ouvir e para que a gente possa ser, como eu já falei outras vezes, em outras reuniões, modelo para um país de respeito àqueles que mais merecem, porque nós temos vários investimentos em várias áreas e o servidor que realmente muda a cultura do país, muda a forma de ver do país, que é o professor, não tem sido valorizado, e a gente vai buscar caminho para isso. Então, é só uma questão realmente de esclarecer. E mais, é momento de a gente construir pensando em quem está chegando, que nós temos um piso nacional que garante, mas nós não podemos achatar a carreira. E mais, muitas reuniões foram



feitas, vereador Silvânio, durante as terças-feiras, enquanto a gente estava aqui em plenária, estavam acontecendo reuniões de discussão do plano, das quais eu não pude participar. Então, muitas vezes, eu estive, sim, ausente não porque eu quis, mas porque foi feito em um momento que eu tinha compromisso no Legislativo. Então, somente para justificar. Agradeço a sua fala. Obrigada”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, como eu fui citada, eu gostaria...”. Senhor Presidente: “vou permitir a fala da vereadora Juliana, uma vez que ela foi citada”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “vereadora, então eu te peço desculpas por ter te chamado de vereadora da base. Quem te nomeia assim é o próprio prefeito nas redes sociais dele, ele te chama de vereadora da base quando tira foto com os nove vereadores. Então, eu achei que você era uma vereadora da base, mas então fico retifico aqui, você é uma vereadora assim como eu, independente, não faz parte da base do prefeito. Desculpa”. Senhor Presidente: “perfeito”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Veto, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.227/2023, autoria do vereador José Doroteu Martiniano, que “Cria o Selo de Responsabilidade Social “Instituição Parceira da Mulher”, certificando instituições que priorizam a contratação e/ou capacitação de mulheres, sobretudo de mulheres em situação de violência doméstica e/ou em situação de vulnerabilidade econômica”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Anísio Clemente Filho e Cláudio José de Deus. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Gostaria que o senhor pedisse que não fizesse a leitura das razões dos vetos porque já está



disponibilizado para ser enviado para todos os gabinetes, por não ter um resumo, nós vamos ficar aí...”. Senhor Presidente: “perfeito. Eu vou consultar o Plenário. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de leitura dos vetos que vão prosseguir de agora em diante. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Contrária? Oito a favor, um contra. Então, eu vou ler, a partir de agora, todos os Vetos, mas não vou pedir ao Secretário a leitura na íntegra deles”. O Senhor Presidente proferiu leitura das ementas dos Vetos: 2) Veto Integral, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.242/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Autoriza o Poder Executivo de Nova Lima a criar o Programa Clínica Escola da Pessoa Autista, com o objetivo de incluir as pessoas autistas na Educação Pública Municipal”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Anísio Clemente Filho e Cláudio José de Deus. 3) Veto Integral, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.217/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Dispõe sobre a autorização para criação de programa especial para preservação do Rio das Velhas no Município de Nova Lima, apresentação de ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento às consequências das chuvas no Município de Nova Lima, altera as leis municipais que especifica e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Anísio Clemente Filho e Cláudio José de Deus. 4) Veto Integral, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.270/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Garante aos usuários do Sistema Único de Saúde o acesso



eletrônico para agendamento de consultas médicas, atendimentos, informações acerca dos plantões médicos na rede municipal de saúde do Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Anísio Clemente Filho e Cláudio José de Deus. 5) Veto Parcial, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.279/2023, autoria do Poder Executivo, que “Moderniza as normas para contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Anísio Clemente Filho e Cláudio José de Deus. Senhor Presidente: “os vetos encerraram, vamos dar sequência aos projetos”. O Senhor Secretário proferiu leitura dos demais projetos: 6) Projeto de Lei nº 2.365/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no Bairro Vale do Sol, em Nova Lima/MG” – Praça Farid Kallas. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios e que se faça a votação, ainda nesta reunião, do Projeto de Lei nº 2.365/2023. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. O Projeto será votado nesta noite”. 7) Projeto de Lei nº 2.366/2023, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Dá denominação de Elias Moreira Duarte a logradouro público localizado no Bairro Vila Del Rey, no município de Nova Lima”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário, pedisse dispensa de interstícios e pareceres, e que se fizesse em



primeira e segunda votação esse projeto, ainda hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios e que se faça a votação, ainda nesta reunião, do Projeto de Lei nº 2.366/2023. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. O Projeto será votado nesta noite”. 8) Projeto de Lei nº 2.367/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Fixa normas de caráter local, nos termos do inciso VI, art. 23 da Constituição Federal e do artigo 30, inciso XXXII da Lei Orgânica do Município, sobre a participação social nos processos autorizativos de empreendimentos minerários com alto impacto ambiental e dá outras providências”. Senhor Presidente: “consultar o Plenário, gente, pedir parecer conjunto. Coloco em discussão a proposta do vereador Thiago para que seja realizado parecer conjunto das comissões. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Será realizado parecer conjunto das comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Meio Ambiente”. 9) Projeto de Lei nº 2.368/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar áreas de propriedade municipal para viabilizar a construção de moradias populares no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, dada a importância do projeto e já o curto prazo que a gente tem para as reuniões, eu gostaria de pedir parecer conjunto desse projeto”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria que esse projeto tramasse em todas as comissões”. Senhor Presidente: “perfeito”. A vereadora Juliana Ellen de Sales falou algo que não pudemos registrar, pois o microfone



dela encontrava-se desligado. Senhor Presidente: “é, se for tramitar normal, a hora que chegar no... Primeiro, Legislação e Justiça, não é? Vamos encaminhar para a Legislação e Justiça”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei nº 2.368/2023 à Comissão de Legislação e Justiça”. 10) Projeto de Decreto Legislativo nº 435/2023, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Empresa Cidadã à Empresa Irene Noivas no município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Anísio Clemente Filho e Cláudio José de Deus. Senhor Presidente: “dando sequência, leitura de parecer”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, nós vamos entrar agora na leitura de pareceres, a gente tem quatorze projetos para serem votados hoje. Eu gostaria de sugerir, nós temos duas reuniões só, não é isso mesmo?”. Senhor Presidente: “mais uma”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “que a gente pudesse colocar todos esses projetos com dispensa de interstício e que a gente pudesse fazer votação desses projetos que tiverem pareceres favoráveis ainda hoje. É lógico, tem projeto de vereadores aqui no meio também, não são só do governo, os vereadores que quiserem, de repente, discutir mais os projetos que são de autoria deles, é lógico que votem contra, não vejo problema nenhum, mas que a gente possa fazer essas votações e enxuga a pauta com uma velocidade maior aqui”. Senhor Presidente: “perfeito, vereador. Parabenizo o senhor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou pedir vista de dois, está certo? O 2.363/2023, eu vou pedir vista; e o 2.361, eu vou pedir vista”. Senhor Presidente: “primeiro, só para recapitular para os vereadores, o



pedido do vereador é para dispensa da leitura de parecer e encaminhar para a votação”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “isso”. Senhor Presidente: “então são 16. São 16? 14”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, pedir vista do 2.363. Pedir vista ainda não”. Senhor

Presidente: “primeiro, então, a gente vai pedir a dispensa da leitura” Vereadora Viviane

Gomes de Matos: “vamos por etapa”. Senhor Presidente: “vamos por etapa, a gente pede

a dispensa da leitura dos projetos, inclusive os que são dos vereadores, para a gente poder

dar encaminhamento e poder fechar o ano. E aí, os vereadores que quiserem discutir

melhor, podem pedir vista dos projetos que forem colocados em votação, só para dar

celeridade”. A vereadora Juliana Ellen de Sales falou algo que não pudemos registrar,

pois o microfone dela encontrava-se desligado. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu

pedi vista, falei que ia pedir, aliás, eu não pedi ainda, eu vou pedir no momento oportuno”.

Senhor Presidente: “então, vamos lá. Vereadores, prestem atenção no que vai ser

colocado em votação, nós vamos colocar. Coloco em votação a dispensa da leitura de

pareceres, para que sejam encaminhados para primeira e segunda votação, o parecer do

primeiro ao décimo segundo da pauta”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Senhor

Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereadora Juliana

Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Um exemplo aqui, no item dois, no Projeto de

Lei nº 2.336, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de

Produção Habitacional de Interesse Social, institui isenção de tributos para operações

vinculadas ao Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social e dá

outras providências”, eu protocolizei algumas emendas, eu queria saber se deu tempo de



os vereadores estudarem, porque são emendas extremamente importantes para que esse projeto seja melhor feito. A gente sabe da necessidade desse projeto de lei, é uma necessidade para que o programa do Governo Lula, do Minha Casa Minha Vida, chegue em Nova Lima”. Senhor Presidente: “eu vou pedir vista desse também porque entrou um outro projeto. Então, esse mesmo, na hora que chegar a leitura, eu mesmo vou fazer questão de pedir vista porque entrou um bem parecido agora, que fala também de habitação. Então, a gente pode avaliar melhor”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “então, tá, beleza, mas eu voto contra a sugestão”. Senhor Presidente: “perfeito. Então, oito favoráveis e um contra. Vamos encaminhar agora para a votação, discussão e votação. Então, primeiro, eu vou começar com os projetos que já estavam na pauta para depois partir para os outros, eu vou falando pontualmente, um a um. Na hora da sequência, para vocês acompanharem, pode usar o parecer, que vai ser acompanhado daquela forma”. O Plenário, com exceção da vereadora Juliana Ellen de Sales, dispensou a leitura dos pareceres: 1) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; e de Saúde Pública referente ao Projeto de Lei nº 2.311/2023, autoria do vereador José Doroteu Martiniano, que “Dispõe sobre a Política Municipal de Conscientização sobre a Leishmaniose Animal”. 2) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.336/2023, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social, institui isenção de tributos para operações vinculadas ao Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social e dá outras providências”. A





comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.345/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e o Selo “Parceiro do Meio Ambiente” no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.347/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Institui o “Programa Padrinhos da Praça” no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher referente ao Projeto de Lei nº 2.354/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Dispõe sobre o direito à amamentação em público no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.355/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Estado de Minas Gerais e com o Município de Sabará, para assumir a execução das obras de melhoramento e pavimentação na Rodovia MG-437 e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 7) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.358/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dá denominação de Rua Alberto Ramos à via pública que menciona, localizada no Bairro Vale do Sereno”. A



comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 8) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.360/2023, autoria do Poder Executivo, que “Revoga os incisos VII, VIII, IX, X e XII do Art. 14, bem como os incisos VII, VIII do Art. 16, todos da Lei Municipal nº 3.026, de 31 de julho de 2023”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 9) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei Complementar nº 2.361/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da área da Educação do Município de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 10) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; e de Segurança Pública, Trânsito e Transporte referente ao Projeto de Lei Complementar nº 2.362/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 11) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; e de Segurança Pública, Trânsito e Transporte referente ao Projeto de Lei Complementar nº 2.363/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da Guarda Civil Municipal de Nova Lima e dá outras



providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto.

12) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.364/2023, autoria do Poder Executivo, que “Concede revisão salarial aos servidores públicos”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 15, autoria da Mesa Diretora, que “Inclui § 8º no artigo 139 e o artigo 168-A na Lei Orgânica Municipal, criando o mínimo de investimento em transferência de renda”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. 2) Projeto de Lei nº 2.304/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Dispõe sobre a criação da Lei Obra Transparente que institui a Política de Transparência nas Obras Públicas Municipais no âmbito do Município de Nova Lima”. Senhor Presidente: “em primeira votação, em discussão”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Recapitulando, na última plenária, o vereador Danúbio solicitou pedido de vistas, alegando que o jurídico da prefeitura encaminharia para esta Casa uma emenda ao meu projeto de lei, mas só para ficar registrado, eu não tive acesso a nenhum tipo de emenda, não chegou até o meu conhecimento nenhuma proposta de emenda de autoria do Poder Executivo. Eles enviaram, vereador Danúbio?”. Senhor Presidente: “não foi protocolado nenhum substituto na presidência, não. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão, os que discordam se manifestem. Aprovado, nove votos”. 3) Projeto de Lei nº 2.322/2023, autoria do vereador Anísio



Clemente Filho, que “Altera o preâmbulo da Lei 2.474, de 17 de outubro de 2014”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, pela ordem. Pensei aqui um pouco depois da votação em primeiro turno do meu projeto, eu ainda poderia pedir para votação em segundo turno acontecer hoje, só para dar celeridade às últimas plenárias do ano?”. Senhor Presidente: “como já votou um projeto, vamos pedir para deixar para a próxima, pode ser?”. 4) Projeto de Lei nº 2.334/2023, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre a criação da Lei de Incentivo à Saúde Preventiva”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. 5) Projeto de Lei nº 2.341/2023, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre a criação do “Encontro Anual Intermunicipal de Corporações Musicais – Zé Fuzil” no Município de Nova Lima”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. 6) Projeto de Lei nº 2.342/2023, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre a criação de sinaleiras sonoras em espaços públicos”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. 7) Projeto de Lei nº 2.343/2023, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de saúde em eventos esportivos realizados no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Senhor Presidente: “os dois primeiros não estavam em pareceres, estavam em leitura de projetos, eu mesmo pedi dispensa. Então, vou lê-los primeiro, um que eu pedi, outro que o vereador Zelino”. 8) Senhor Presidente: “por deliberação



plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.365/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no Bairro Vale do Sol, em Nova Lima/MG” – Praça Farid Kallas. Em primeira e única votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção”. 9) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.366/2023, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Dá denominação de Elias Moreira Duarte a logradouro público localizado no Bairro Vila Del Rey, no município de Nova Lima”. Em primeira e única votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção. Agora, eu vou dar sequência, só confirmar aqui, vocês podem acompanhar através do parecer, gente”. 10) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.311/2023, autoria do vereador José Doroteu Martiniano, que “Dispõe sobre a Política Municipal de Conscientização sobre a Leishmaniose Animal”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção”. Vereador José Doroteu Martiniano: “pela ordem, Presidente. Boa noite a todos. Eu vou pedir licença um instante porque o gástrico aqui está meio ruim, eu vou no gabinete ver se eu faço uma medicação. Vocês dão licença?”. Senhor Presidente: “perfeito, vereador. Eu vou pedir alguém da Casa para acompanhar o



vereador. Mateus, acompanha ele, por favor. Obrigado”. 11) Senhor Presidente: “o projeto de lei tem umas emendas, é o que a vereadora solicitou, que é o 2.336. Então, eu não vou ler as emendas e vou colocar em discussão para a gente pedir vista dele. Então, eu vou colocar o projeto em votação só para solicitar a vista. Votação do Projeto de Lei nº 2.336/2023, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social, institui isenção de tributos para operações vinculadas ao Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social e dá outras providências”. Em primeira votação, então eu solicito vista dele”. A vereadora Juliana Ellen de Sales falou algo que não pudemos registrar, pois o microfone dela encontrava-se desligado. Senhor Presidente: “como são muitas, se todos concordarem com a gente fazer desta forma, porque as emendas têm que ser encaminhadas para os gabinetes. Perfeito, pode ser?”. Alguém da plateia se manifestou. Senhor Presidente: “boa noite. Vou pedir licença ao senhor porque não é permitido o plenário se manifestar, muito obrigado. Dando sequência. É o Regimento Interno. Então, eu agradeço ao senhor pela participação, mas no momento oportuno, se o senhor quiser falar, a gente deixa o senhor falar. Tudo bem, está bom? Eu te peço desculpa, mas é o Regimento que se procede há muitos anos dentro dessa Casa. Está bom? Muito obrigado. Se o senhor quiser, o senhor pode se inscrever. Só para explicar, com toda educação que eu sempre tive, vou continuar mantendo a educação, quando o senhor quiser se manifestar, o senhor pode inscrever e, assim, vai ser permitido ao senhor que use a plenária. Está bom? O senhor se inscreve. Isso, está bom? Que é o Regimento Interno, está bom? Então tá, muito obrigado”.



Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Vai ser votada a leitura ou não das emendas hoje? Porque eu não estou entendendo esse trâmite, eu estou bem confusa com relação a isso”. Senhor Presidente: “se a senhora quiser, a gente retorna e faz para ficar claro, pode ser?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pode, eu acho que é melhor”. Senhor Presidente: “não vai dar para... Se a senhora quiser que leia as emendas, são treze”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “está em votação, eu gostaria que fosse lido”. Senhor Presidente: “mas vamos votar primeiro a dispensa da leitura das emendas, entendeu? Junto com a votação do projeto. Entendi, só vota o dia que for votar. Eu entendi. Vamos dar sequência então, podemos? Próximo projeto. Isso, está registrada a vista concedida. Está bom? Perfeito, vereadora, obrigado”. 12) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.345/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e o Selo “Parceiro do Meio Ambiente” no Município de Nova Lima”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção”. 13) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.347/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Institui o “Programa Padrinhos da Praça” no Município de Nova Lima”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em



discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção”. 14) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.354/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Dispõe sobre o direito à amamentação em público no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “para discutir. Agradeço demais aos pares. A questão da humanização pós-parto que a saúde sempre buscou junto ao município de Nova Lima e é um grande avanço a gente conseguir tramitar e aprovar essa lei na Casa, as demais também. Gratidão pela noite de hoje, as três aprovações”. Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.354/2023 à sanção”. 15) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.355/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Estado de Minas Gerais e com o Município de Sabará, para assumir a execução das obras de melhoramento e pavimentação na Rodovia MG-437 e dá outras providências”. Em primeira votação, em discussão”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Só para manifestar a minha revolta com o governador Zema e com o governo do Estado, que na hora que foi falar que ia ser construída a obra da estrada de Sabará, ele veio aqui, gravou vídeo, fez a maior propaganda, mas ele não peitou a responsabilidade na hora de falar que não vai terminar





a obra com o dinheiro do Estado, não. Então, para mim, isso é um absurdo, é uma falta de respeito com a sociedade de Nova Lima, com a população nova-limense, essa postura do governador Zema de vir aqui, fazer propaganda em cima de uma obra que ele sequer vai terminar. E, agora, fica uma responsabilidade do nosso município fazer obra inclusive em outro município, a prefeitura vai ter que arcar com obra dentro do município de Sabará. Dinheiro nosso indo para uma obra em Sabará, enquanto a nossa MG-030 está daquele jeito, enquanto obras municipais estão do jeito que estão, o prefeito vai ter que gastar dinheiro no município de Sabará por culpa do governador Zema e por culpa de uma parceria que sequer foi feita, pelo visto, de forma transparente, porque o governador do Estado deveria ter falado para os prefeitos de Sabará e de Nova Lima que ele ia arcar com parcela da obra e não fazer da forma como ele fez, jogar a responsabilidade para cima da cidade que é mais rica. Isso para mim é um absurdo essa postura do governo Governador Zema, e é um absurdo o município ter que arcar com uma obra que passa do limite geográfico do nosso município”. Senhor Presidente: “vou completar a fala da vereadora. Infelizmente, o governo do Estado está um caos mesmo. Eu estive em Sabará e a dificuldade foi muito grande, principalmente do Vander, que foi deixado lá para ele também mais de 60 milhões de obra para ele terminar no município de Sabará. Da mesma forma foi feito com a gente, e a solução para os nova-limenses vai ser terminar obra. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Deixa-me só pontuar, que fique registrado que o término dessa estrada só vai ser possível porque essa Casa Legislativa



está dando total apoio a esse projeto, e que todos os cidadãos saibam que essa Casa Legislativa, todos os meus colegas vereadores, se não for essa Casa, essa estrada ficará parada. Então, ou seja, hoje a população nova-limense pode ter a ciência de que a Casa Legislativa autorizou o prefeito a fazer o término dessa estrada e, assim, todos serão beneficiados, principalmente nós, nova-limenses, que temos essa necessidade de ter mais uma vazão aqui, vamos dizer assim”. Senhor Presidente: “perfeito. Em segunda e última votação”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “me permite só aparte. Eu acho que não há motivo para a gente se vangloriar com relação a essa situação, vereador Zelino. Eu votei favorável porque a gente se coloca refém diante de uma situação em que o governo do Estado jogou a bomba para cima do município mais rico. Mas eu acho que não é motivo para essa Casa se vangloriar de ter votado favorável a uma obra que nem é do nosso município. Eu acho que isso é vergonhoso para o governo do Estado, é lamentável colocar as prefeituras numa situação como essa e jogando a bomba para cima do município. Se Nova Lima não tivesse condições, como ficaria a situação? Então, acho que a gente não tem que se vangloriar dessa situação e simplesmente lamentar pela postura do governador Zema”. Vereador Joselino Santana Dias: “eu até concordo com a senhora, vereadora, mas diante desse cenário, se nós não fazermos a nossa parte aqui, todo o trabalho que já foi feito ali e, de agora para frente, mais um mandato, mais uma gestão, mais uma promessa e essa estrada ficará sem concluir. Então, eu acho que essa Casa tem, sim, mérito em hoje poder dizer que essa estrada será concluída com a aprovação de todos nós”. Senhor Presidente: “perfeito, vereador. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam



como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.355/2023 à sanção.

16) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.358/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dá denominação de Rua Alberto Ramos à via pública que menciona, localizada no Bairro Vale do Sereno”. Em primeira e única votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.358/2023 à sanção”. 17) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.360/2023, autoria do Poder Executivo, que “Revoga os incisos VII, VIII, IX, X e XII do Art. 14, bem como os incisos VII, VIII do Art. 16, todos da Lei Municipal nº 3.026, de 31 de julho de 2023”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.360/2023”. 18) Senhor Presidente: “retornando, vou ler a solicitação, concordo com a vereadora, o que ela nos orientou. Solicito ao Senhor Secretário a leitura de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.361/2023. E agora eu vou voltar ao projeto, que é um projeto que o vereador Silvânio já tinha antecipado. Não é isso mesmo, vereador? Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios... Não, perdão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, vista”. Senhor Presidente: “vista. O senhor vai pedir vista desse projeto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “continuo pedindo vista”. Senhor Presidente: “vista concedida”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor



Presidente, se a vista foi concedida, não vai ser...”. Senhor Presidente: “primeira vista concedida diretamente”. 19) Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.362/2023”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse projeto também eu peço vista dele”. Senhor Presidente: “vista concedida”. 20) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei Complementar nº 2.363/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da Guarda Civil Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, também peço vista desse projeto”. Senhor Presidente: “vista concedida”. 21) Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.364/2023, revisão salarial dos servidores públicos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “também peço vista do projeto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vista concedida. Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos. Vou pedir aos vereadores só para gente fazer um, que é uma moção de pesar de uma ex-servidora da Casa. Só tem essa”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o requerimento de autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida: Requer à Casa conceda moção de pesar à família da senhora Sandra Barbosa, ex-funcionária da Casa Legislativa, cujo falecimento ocorreu no dia primeiro de dezembro de 2023. Em discussão, vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir que o senhor me deixasse assinar esse projeto junto com o senhor. A Sandra, realmente, era uma pessoa que representou muito na nossa Casa, ajudou muito



todos os vereadores e é, realmente, uma perda muito grande para a cidade a Sandra”.

Senhor Presidente: “vamos encaminhar em nome da Casa”. Vereador Silvânio Aguiar

Silva: “perfeito”. Requerimento aprovado por nove votos. Vereadora Viviane Gomes de

Matos: “pela ordem, Presidente. Hoje, eu também gostaria de solicitar uma moção de

pesar para a avó da minha funcionária, Sheila, que trabalha comigo, ela faleceu hoje,

Dona Raimunda Francisca Rocha, conhecida Dona Tuca, do Bairro Retiro. É com muito

pesar que a gente dá essa notícia a toda a comunidade. O velório dela se iniciará hoje, às

21 horas, em local que estará divulgado nas nossas redes sociais”. Aprovado, nove votos.

Senhor Presidente: “finalizamos? Se alguém quiser fazer verbal”. Vereadora Juliana Ellen

de Sales: “gostaria de fazer um requerimento verbal, Presidente. A gente tem visto que

em várias atividades da prefeitura confeccionadas camisas que são utilizadas, tanto por

funcionários servidores, quanto pelos participantes das atividades, como por exemplo,

corrida, enfim. Então, eu gostaria de solicitar algumas informações à prefeitura com

relação à aquisição dessas camisas. Primeiro, qual é o valor total gasto pela prefeitura de

Nova Lima, até a presente data, na aquisição de camisas para os servidores e participantes

durante a realização de eventos? Segundo, qual é o custo unitário de cada camisa

adquirida pela prefeitura? Terceiro, quais são as empresas responsáveis pela confecção

das camisas mencionadas? Quarto, como foi realizado o processo de escolha das

empresas fornecedoras? Quinto, existe algum contrato formalizado entre a prefeitura e as

empresas responsáveis pela confecção das camisas? Em caso afirmativo, solicitamos

acesso ao conteúdo desses contratos. Sexto, quais são as ações de controle e fiscalização



implementadas pela prefeitura para garantir a qualidade e a transparência na aquisição desses materiais? Certo de que o atendimento a essas solicitações contribuirá para o fortalecimento da democracia e para a efetiva participação da comunidade no acompanhamento dos gastos públicos, eu venho requerer que a prefeitura responda todos esses questionamentos com relação à aquisição dessas camisas que tem sido feita em grande escala no nosso município. Obrigada, Presidente”. Aprovado, nove votos. Senhor Presidente: “mais algum, vereadores? Quarta parte, apresentação de oradores inscritos”. Senhor Secretário: “não tem, não”. Senhor Presidente: “inexistente. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos”.

---